



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005037-32.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Kaique de Moraes Campos**
Requerido: **CLEBER GUSTAVO MONTEIRO ALVES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou o autor que na ocasião em apreço conduzia uma motocicleta pela faixa esquerda da Rua Miguel Petroni, enquanto o réu dirigia outra motocicleta pela faixa direita da mesma via; acrescentou que em dado momento o réu efetuou abrupta manobra de conversão, interceptando a sua trajetória.

Já o réu em contestação confirmou que passava pela Rua Miguel Petroni e que ao ingressar nela não avistou nenhuma outra motocicleta no mesmo sentido; salientou que na sequência o autor colidiu contra a traseira de sua motocicleta.

As partes deixaram claro o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória (fl. 25).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A primeira questão a dirimir nos autos atina à definição de como se deu o acidente trazido à colação.

Cada parte apresentou uma explicação e não houve produção de prova testemunhal que abonasse uma ou outra.

Todavia, o Boletim de Ocorrência de fls. 03/06 cristaliza o que disseram os envolvidos quando do evento.

Extraí-se desse documento que a versão do autor (fl. 04) foi idêntica à ofertada no ajuizamento da ação, tendo o réu então igualmente reconhecido que foi abalroado pela motocicleta do autor ao "virar à esquerda" (fl. 03).

Por outro lado, o réu asseverou na peça de resistência que foi colhido na traseira pelo autor e que ainda assim não buscou o ressarcimento dos danos que sofreu porque os gastos do autor foram superiores.

O quadro delineado impõe a convicção de que os fatos se passaram tal qual relatado pelo autor.

O réu em momento algum justificou a divergência entre o que pontuou na contestação e o que constou do Boletim de Ocorrência (o que milita em seu desfavor), além de ser inverossímil o argumento para não ter buscado a reparação dos danos que teve mesmo sendo supostamente colhido na traseira pelo autor.

Fixa-se, pois, a certeza de que o episódio se deu quando o réu encetou manobra de conversão à esquerda, sendo assim disciplinado pelos arts. 34, 35 e 38 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõem:

Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.

Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos.

Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:

I – ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível;

II- ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

uma pista de um só sentido".

É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de manobra:

"Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la" ("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644).

Assentadas essas premissas, fixa-se a culpa do réu pelo acidente porque ao realizar a conversão deveria ter obrado com cuidado redobrado, especialmente para não dar margem a situação de risco aos que trafegavam pelo mesmo sentido de direção.

Não foi o que aconteceu, porém, tanto que aconteceu o embate.

Daí promana sua responsabilidade em ressarcir o autor pelos danos que sofreu em decorrência do acidente.

Quanto ao montante postulado, está respaldado em prova documental não impugnada específica e concretamente em momento algum, devendo por isso prosperar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 13.557,76, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 22 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**